



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9699

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Veto

Categoria: Mantidos, aprovados

Autoria: Executivo Municipal

Data: 04/08/2020

Descrição Sumária: VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 51/2020. (MANTIDO). Proíbe empinar pipas, papagaios, raias ou artefatos similares em áreas urbanas no município de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 01

Posição: 53

Número de folhas: 06

Espécie: Veto
Categoria: Mantido
CX: 01
Ordem: 53
nº fls: 04



Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 51/2020

MOVIMENTO

- 1 - **Entrada em 04/08/2020**
Comissão de Legislação e Justiça
- 2 -
- 3 - **MANTEIDO O VETO EM 18.08.2020**
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MONTES CLAROS

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI 51/20
INICIATIVA DO PROJETO: PODER LEGISLATIVO

Tenho a honra de acusar o recebimento, do Projeto de Lei n.º 51/2020, que **"PROÍBE EMPINAR PIPAS, PAPAGAIOS, RAIAS OU ARTEFATOS SIMILARES NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS."**, oriundo dessa Presidência e de informar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 54, parágrafo 1º e de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 71, ambos da Lei Orgânica Municipal e artigo 66, §1º, da Constituição da República, VETEI-O parcialmente, por julgar o parágrafo único, de seu artigo 1º, contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

O Projeto de Lei n.º 51/2020, de iniciativa desta Augusta Casa, tem o nobre objetivo de disciplinar o uso de pipas, papagaios, raias ou artefatos similares em áreas urbanas e rurais no Município de Montes Claros, entretanto, como se depreende da análise do parágrafo único, do artigo 1º, a redação dada ao texto legal não traz um comando normativo aplicável: *(verbis)*

" PROJETO DE LEI ° 51/2020

...

Art. 1º – ...

Parágrafo Único. *Sendo áreas urbanas parques e clubes, e áreas rurais serão estipuladas pela Prefeitura de Montes Claros/ MG."*

A simples leitura do texto acima demonstra a clara necessidade da oposição do presente veto parcial, visto que com sua exclusão o restante do texto normativo estará em perfeita harmonia e apto à sanção pelo Poder Executivo.

MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG

PROCURADORIA GERAL

Ressalta-se que o parágrafo único, do art. 2º, do aludido Projeto de Lei traz em seu bojo o comando legal que a princípio seria o objetivo do parágrafo único, do art. 1º.

Por estas razões, outra solução não resta, ante a evidente impertinência e contrariedade ao interesse público do parágrafo único, do artigo 1º, Projeto de Lei n.º 51/2020, senão que vetá-lo, em virtude de sua incompatibilidade com o restante da Lei aprovada pelo Legislativo Municipal.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que levaram-me a vetar parcialmente o Projeto de Lei n.º 51/2020, em comento, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis desta Casa Legislativa.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protestos de distinta consideração e apreço.

Montes Claros, 28 de julho de 2020.


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação e Justiça

EM 04 DE Agosto DE 2020


PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI nº 51/2020, QUE “Proíbe empinar pipas, papagaios, raias ou artefatos similares no município de Montes Claros”, de autoria do Prefeito Municipal.

Veto enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG para análise.

O veto em questão foi feito em relação ao parágrafo único do artigo 1º do projeto em questão, tendo como justificativa a “impertinência e contrariedade ao interesse público”, bem como sua “incompatibilidade com o restante da Lei aprovada pelo Legislativo Municipal”.

Assim, a justificativa trata de análise do mérito e interesse público.

Tanto o projeto de lei votado quanto o veto, apresentam sustentáculo jurídico para sua manutenção, o que torna a situação uma questão interpretativa e meritória a ser decidida pelo plenário, fugindo, portanto, da alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de agosto de 2020.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO ESPECIAL

PARECER

Veto Parcial ao PROJETO DE LEI Nº 51/2020 que “Proíbe Empinar Pipas, Papagaios, Raias ou Artefatos Similares em Áreas Urbanas no Município de Montes Claros”.

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 51/2020 que proíbe empinar pipas, papagaios, raias ou artefatos similares em áreas urbanas no Município de Montes Claros, após trâmites legais, foi aprovado por este Legislativo, sendo encaminhado à sanção, todavia, o ilustre Prefeito vetou parcialmente, conforme lhe faculta o inciso IV do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, a matéria retorna para exame desta Casa Legislativa, que por força do despacho do seu Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I do Regimento Interno, foi enviada à Comissão Especial, nomeada pela Portaria 111/2020 constituída pelos vereadores Aldair Fagundes Brito, Daniel Dias da Silva e Idelfonso Pereira Araújo, para, nesta oportunidade, manifestar sobre o veto à emenda aprovada por este Legislativo.

II- FUNDAMENTAÇÃO

O dispositivo, ora vetado trata de emenda do Legislativo, que acrescentou o parágrafo único ao art. 1º do referido projeto de lei, determinando o Executivo poderá estabelecer na área urbana os parques e clubes como locais para a soltura de pipas.

A alegação aposta ao veto é de que a matéria contraria interesse público e está incompatível com o restante do texto do projeto de lei, já que o comando pretendido já está contemplado no parágrafo único do art. 2º.

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão acompanha o entendimento do Executivo e conclui pela manutenção do veto ao parágrafo único ao art. 1º do Projeto de Lei nº 51/2020.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2020.

Presidente “ad hoc”- Ver. Idelfonso Pereira Araújo _____

Membro – Ver. Aldair Fagundes Brito _____

Membro. Ver. Daniel Dias da Silva _____